

EVASÃO DE PROFESSORES, SUCATEAMENTO DO ENSINO PÚBLICO E A DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CAUSAS, IMPACTOS E SOLUÇÕES.

TEACHER ATTRITION, DETERIORATION OF PUBLIC EDUCATION, AND PROFESSIONAL DEVALUATION IN BRAZIL: CAUSES, IMPACTS, AND SOLUTIONS.

Rodrigo Azevedo Santos¹

RESUMO

A precarização do trabalho docente e o sucateamento das escolas públicas configuram uma crise multifacetada no sistema educacional brasileiro, com impactos que transcendem os muros escolares. A evasão docente, impulsionada por baixos salários, condições de trabalho inadequadas e falta de reconhecimento social, representa um desafio central. Essa problemática se agrava pela ausência de investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos, comprometendo a qualidade do ensino oferecido. A desvalorização profissional, manifestada na falta de perspectivas de carreira e na crescente pressão sobre os educadores, contribui para o desinteresse pela profissão e a consequente escassez de novos talentos.

As desigualdades regionais nas políticas de valorização salarial e nas condições de trabalho amplificam a crise, gerando disparidades no acesso a uma educação de qualidade em diferentes regiões do país. A influência de perspectivas neoliberais nas políticas educacionais intensifica a precarização, com a exigência de múltiplas funções para os docentes sem o devido suporte. Essa lógica, somada à priorização de resultados mensuráveis em detrimento do bem-estar e da formação contínua dos professores, contribui para o esgotamento profissional e o abandono da carreira. A presente análise busca explorar as causas, os impactos e as possíveis soluções para essa problemática, considerando a complexa interação entre fatores estruturais, econômicos e sociais que afetam a educação pública brasileira.

PALAVRAS CHAVES: Evasão Docente; Precarização do Trabalho Docente; Sucateamento Escolar; Desvalorização Profissional e Educação Pública Brasil.

ABSTRACT

The precariousness of teachers' work and the decay of public schools configure a multifaceted crisis in the Brazilian educational system, with impacts that transcend school walls. Teacher attrition, driven by low salaries, inadequate working conditions, and lack of social recognition, represents a central challenge. This problem is aggravated by the lack of investment in infrastructure and pedagogical resources, compromising the quality of education offered. Professional devaluation, manifested in the lack of career prospects and the increasing pressure on

¹ Diretor Escolar, Ator, Professor e pesquisador. Mestre em Artes Cênicas pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduado em Gestão Escolar, Políticas Públicas e ciências da Religião – FAVENI – Faculdade Nova Integrante. Especialista e Pesquisador em arte e letramento digital.

educators, contributes to disinterest in the profession and the consequent scarcity of new talents.

Regional inequalities in salary valorization policies and working conditions amplify the crisis, generating disparities in access to quality education in different regions of the country. The influence of neoliberal perspectives on educational policies intensifies precariousness, with the requirement of multiple functions for teachers without adequate support. This logic, combined with the prioritization of measurable results to the detriment of teachers' well-being and continuing education, contributes to professional burnout and career abandonment. The present analysis seeks to explore the causes, impacts, and possible solutions to this problem, considering the complex interaction between structural, economic, and social factors that affect Brazilian public education.

KEYWORDS: Teacher Attrition; Teacher Work Precarity; School Infrastructure Neglect; Teacher Devaluation; Brazilian Public Education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas no Brasil tem sido cada vez mais preocupante o cenário enfrentado pelo sistema educacional do país. Essa situação se manifesta em questões que vão além do ambiente escolar em si. Alguns dos desafios mais significativos incluem o abandono da carreira por parte dos professores, situação precária das escolas públicas e falta de reconhecimento profissional aos educadores, mencionado por Darci Ribeiro ao afirmar que, "O problema educacional no Brasil não é apenas um problema momentâneo - é um projeto" (RIBEIRO 1984, pág. 12). Essas questões são complexas e conectadas entre si e representam um sistema que enfrentando lacunas estruturais e institucionais que comprometem o futuro da educação no país - uma crise destacada nos estudos de Dermeval Saviani (2008).

De acordo com os autores citados, o problema educacional brasileiro reflete uma longuíssima história de desvalorização dos profissionais da educação e de investimento insuficiente nas escolas; isso gera um padrão persistente de desigualdade que vai além das próprias instituições de ensino. De acordo com Monlevade (2000), a falta de salário adequado compromete não apenas o bem-estar dos profissionais da área da educação - frequentemente sobrecarregados com múltiplas responsabilidades - mas também afeta sua motivação e dedicação à carreira docente. O autor destaca nesse estudo que a redução dos salários dos professores em escolas públicas pode ser explicada pelo aumento significativo no

número de alunos matriculados e de professores no Brasil em comparação com o crescimento da arrecadação de impostos aos longos dos anos. A situação se torna ainda mais grave em áreas economicamente vulneráveis como o Nordeste do Brasil.

Os problemas estruturais se tornam extremamente críticos nessas regiões. Além disso, o autor enfatiza que a constante troca de professores prejudica a consistência no ensino e no crescimento das redes educacionais, resultando em um agravamento da crise educacional. Sonia Kruppa (2023) destaca que “A falta de igualdade no acesso à educação no Brasil está fortemente relacionada a questões socioeconômicas e raciais e o Nordeste país apresenta a maior taxa de analfabetismo”. A escritora também menciona que “Os problemas estruturais como a falta de infraestrutura nas escolas e a ausência de medidas efetivas para manter os estudantes dificultam consideravelmente a progressão educacional na área” (Kruppa, 2023).

Além disso dessas informações citadas anteriormente os principais obstáculos que contribuem para essas dificuldades educacionais incluem a falta de infraestrutura adequada e a ausência de bibliotecas e laboratórios. Além disso, a constante mudança de professores interfere no processo de ensino e aumentam as desigualdades educacionais. Esses problemas são especialmente graves em regiões economicamente vulneráveis como o Nordeste do Brasil. As estratégias para aumentar os salários variam muito entre os diferentes estados do Brasil e isso tem causado grandes diferenças na quantidade e na permanência de professores qualificados nas escolas.

Um exemplo marcante disso é a situação da Secretaria de Educação de Minas Gerais que foi classificada como o 13º estado com maior salário para professores de acordo com uma pesquisa feita em 2023 pelo INEP. Essa categorização apresenta uma contradição tendo em vista que Minas Gerais está localizado na região Sudeste do país - uma das regiões geograficamente mais desenvolvidas - onde seria natural esperar um maior reconhecimento profissional em comparação com outras áreas do país.

Algumas regiões do Brasil como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso têm progredido com iniciativas como planos de carreira mais atrativos e apoio financeiro para o desenvolvimento profissional dos professores. No entanto, outras áreas

ainda enfrentam desafios para cumprir o salário mínimo nacional dos docentes. De acordo com Saraiva (2023), essas disparidades regionais não são apenas resultado de discrepâncias orçamentárias; elas também evidenciam a falta de uma política nacional abrangente que garanta condições justas para os profissionais da educação em todo o país.

Neste artigo vamos investigar esses problemas e suas origens e consequências possíveis diante de pesquisas atuais e situações práticas no contexto brasileiro - em particular a minha vivência como educador no estado de Minas Gerais. Ao decorrer do texto serão analisados fatores estruturais econômicos e sociais que afetam diretamente a excelência do ensino público e a viabilidade da profissão e da carreira docente.

EVASÃO DOCENTE E O SUCATEAMENTO DO ENSINO PÚBLICO: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL

Os dados do Censo Escolar de 2023 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) destacam uma redução significativa no número de professores que trabalham nas escolas públicas do país recentemente - especialmente no ensino médio. Esse problema não é algo pontual; pesquisas realizadas por Vanderlei de Souza e Marta Kohl Oliveira em 2022 indicam que a saída dos professores está diretamente ligada às condições precárias de trabalho oferecidas a eles e aos baixos salários recebidos; à perda de benefícios ao longo da carreira docente; bem como à crescente pressão psicológica enfrentada por esses profissionais.

A desvalorização não é apenas percebida no aspecto financeiro; ela se reflete também na falta de reconhecimento social que desencoraja as novas gerações a seguirem carreiras na área da educação. De acordo com Oliveira (2019), a saída de professores no Brasil está fortemente ligada a uma série de dificuldades que incluem salários baixos e condições de trabalho precárias além da carga emocional crescente imposta aos profissionais do ensino. Esses fatores combinados com a falta de reconhecimento social comprometem a viabilidade da profissão docente e impedem que jovens talentos escolham ingressar nesse campo profissional.

A falta de investimento em infraestrutura e recursos educacionais nas escolas públicas contribui para a precariedade do ensino e desmotivação dos professores. No âmbito do ensino de artes visuais enfrentamos um desafio ainda maior. De acordo com pesquisas realizadas pela Fundação Nacional de Arte e Educação (FUNARTE), em 2023 foi constatado que aproximadamente 60% das escolas públicas no Brasil não dispõem de espaços adequados ou materiais essenciais para lecionar artes visuais. Além disso, é comum que as disciplinas artísticas sejam consideradas secundárias ou opcionais, o que reflete uma desvalorização estrutural desse campo no currículo escolar.

A escassez de recursos e de reconhecimento afeta diretamente o entusiasmo dos professores de arte. Eles frequentemente se deparam com obstáculos extras ao tentarem mostrar a importância da disciplina em um sistema que valoriza principalmente áreas consideradas mais convencionais. Como professor de arte e atual diretor escolar no Brasil, tenho vivenciado de perto os desafios enfrentados ao ensinar artes nas escolas públicas.

Frequentemente me vejo improvisando aulas com recursos limitados, compartilhando salas inadequadas e lidando com a percepção de que a disciplina é menos valorizada no currículo. Essa situação não só restringi a criatividade dos alunos, mas também reforça a subvalorização dos professores de arte, que muitas vezes precisam justificar a importância de seu trabalho em um sistema focado em disciplinas tradicionalmente consideradas mais prioritárias.

Em Minas Gerais, um estudo de campo realizado pelo Centro de Estudos em Políticas Educacionais da Universidade Federal de Minas Gerais em 2022 ressaltou que 65% dos professores entrevistados cogitaram deixar a profissão nos últimos cinco anos devido à junção de salários baixos, incidência de violência nas escolas e excessiva burocracia.

Um relato comovente vindo de um professor da região metropolitana de Belo Horizonte revela que “ser professor nos dias atuais é enfrentar diariamente um sistema que não reconhece nem proporciona meios para ensinar com dignidade.” Os meios de comunicação também têm desempenhado um papel fundamental ao destacar os obstáculos enfrentados pelos profissionais da educação no Brasil. Em uma matéria especial publicada pelo jornal “Folha de São Paulo” em 2023 foi discutida a elevada rotatividade de docentes em escolas localizadas em regiões

periféricas além de apresentar anualmente um ranking com as carreiras consideradas menos valorizadas financeiramente - sendo os profissionais da educação como professores e pedagogos os principais destaques desses estudos. O artigo ressaltou que a ausência de estabilidade tem consequências negativas na continuidade do ensino acadêmico e afeta não só o aprendizado dos alunos, mas também o crescimento profissional dos professores.

Essas informações revelam uma situação preocupante em relação à estabilidade e atratividade da profissão de professor. De acordo com Fernando Cássio - um docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) - os achados desse estudo não são surpreendentes para quem se dedica ao campo educacional ou atua como educador.

A remuneração insuficiente e as exigências excessivas de trabalho têm sido aspectos históricos que afastam profissionais qualificados do ambiente escolar - o que faz com que o exercício do magistério se torne uma atividade altamente desafiadora tanto emocional quanto financeiramente (Cássio, 2024). Assim sendo evidente que os desafios enfrentados pelos professores no Brasil não são apenas incidentais; tratam-se de um problema estrutural de longas datas que afeta diretamente a qualidade da educação e a continuidade do processo pedagógico. A alta rotatividade de profissionais docentes impacta negativamente o rendimento dos estudantes e a organização das redes educacionais locais; isso agrava as disparidades existentes e contribui para a precarização da educação pública.

Conforme ressaltava Cássio em suas palavras, "é crucial que as políticas educacionais colaborem com a valorização dos professores como meio principal para aprimorar o processo de aprendizagem. No entanto infelizmente percebe-se uma tendência oposta com a adoção de medidas que negligenciam as necessidades genuínas do corpo docente" (Adaptado de Cássio, 2024). Assim sendo e ao juntarmos as conclusões do estudo do Instituto SEMESP com as ponderações teóricas de Fernando Cássio tornam evidente que o desestímulo à profissão docente não só prejudica os professores como também compromete fundamentalmente o sistema educacional do Brasil; tornando-se crucial adotar medidas que garantam melhores condições laborais e remuneração justa para os professores.

DINÂMICAS DE CONTROLE E DESVALORIZAÇÃO NA PROFISSÃO DOCENTE

No contexto brasileiro atualmente vivenciado na educação nacional ocorre a saída de professores de forma significativa devido a questões estruturais complexas que vão além da simples escassez de recursos disponíveis nas escolas públicas e privadas do país. Este contexto está inserido em um quadro mais abrangente do que o que reconhecemos como a investigação sobre a atividade laboral realizada por Carlos Lucena et al., ao explorarem o impactante neoliberalismo de F.A Hayek na assimilação do conhecimento implícito dos empregados bem como na alienação laboral - aspectos fundamentais para compreender a crise educacional no Brasil. Segundo pesquisas conduzidas por Lucena et al (2020), o neoliberalismo destaca a importância de explorar ao máximo as habilidades dos trabalhadores ao adotar táticas corporativas que se apropriam do conhecimento implícito para ajustá-lo aos interesses do capital. O autor destaca que.

Nesse processo, composto de mediações, rupturas e conflitos, a percepção do conhecimento tácito se dá através das transformações na organização técnica da produção capitalista que, por sua vez, se explicam pelas transformações no mundo do trabalho que impactam nas formas humanas de viver e sentir a vida.” (Lucena et al., 2020, p. 129).

Dessa maneira entendemos que ao implementarem essas estratégias enfatizando ideias como trabalho em equipe e versatilidade, elas facilitam a adaptação dos colaboradores ao ambiente produtivo, frequentemente desvinculando a experiência profissional da esfera política colocando-a sob o controle da reprodução do lucro. No âmbito educacional, essa situação se manifesta no constante acúmulo das responsabilidades docentes sem a infraestrutura adequada, aumentando a rotatividade dos professores causando exaurimento.

A teoria de Hayek destaca como o capitalismo moderno busca gerenciar e incorporar o conhecimento implícito dos trabalhadores visando a eficiência na produção. Isso nos leva a refletir sobre a possível contradição entre a defesa de Hayek do livre mercado como o melhor modo de estruturar a sociedade e a

aparente necessidade de controlar e integrar o conhecimento implícito dos trabalhadores. Além disso, a noção de “controle e integração do conhecimento implícito dos trabalhadores” sugere que O capitalismo contemporâneo visaria a explorar ao máximo as habilidades dos trabalhadores; no entanto essa exploração não se dá de forma justamente proporcional e equitativa; ao invés disso ocorrendo como uma apropriação da inteligência coletiva em favor dos interesses empresariais na área da educação ou no ambiente escolar em particular se percebe essa lógica na atribuição de diversas responsabilidades aos professores além de exigências burocráticas excessivas frequentemente sem o devido apoio pedagógico adequado.

A obrigatoriedade da versatilidade especialmente em situações de vulnerabilidade social revela uma estratégia de controle alinhada ao pensamento de Hayek onde o trabalhador é enxergado como um recurso a ser explorado em vez de um indivíduo com necessidades experiências e potencial criativo. Em relação a isso tudo considerado acima sobre o alinhamento de pensamentos entre as análises de Lucena et al. (2020) e as críticas marxistas à alienação do trabalho promovem uma compreensão mais profunda da desvalorização do trabalho docente no Brasil; isso nos dá uma visão breve do que ainda está por vir,

Podemos levantar aqui que à medida que o capital se apropria do trabalho abstrato sem considerar o trabalhador como sujeito, o sistema educacional coloca ênfase em resultados mensuráveis e indicadores de desempenho em detrimento do bem-estar dos professores e sua contínua formação. Esse método de administração na área da educação não só prejudica o nível de ensino oferecido como também contribui para o aumento do cansado e da saída de muitos profissionais do setor educacional - o que agrava os problemas estruturais existentes.

A falta de reconhecimento financeiro e as condições precárias de trabalho criam um ambiente de instabilidade e desmotivação que afeta não apenas os professores, mas também o progresso da educação pública como um todo.

FATORES QUE INCITAM O ABANDONO.

Os desafios da indisciplina estudantil nos colégios públicos têm sido uma fonte de estresse significativa para os professores do Brasil atualmente. Além disso, a sobrecarga de trabalho gerada pela burocracia escolar é um problema adicional que muitos profissionais educacionais enfrentam diariamente visto que impactam diretamente em seu bem-estar emocional o que pode contribuir para altas taxas de abandono da profissão docente no país. Em 2023 foram divulgados dados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que revelam que cerca de 47% dos professores da rede pública enfrentaram situações de indisciplina grave ou violência nas escolas no ano anterior. De acordo com a mesma pesquisa feita após a pandemia da COVID-19, em 2020,- quando as atividades escolares em todo o país foram interrompidas devido ao *lockdown* - os casos de indisciplina e violência escolar aumentaram significativamente.

A longa pausa nas atividades escolares provocou uma série de conflitos emocionais entre os alunos que se tornaram mais evidentes no retorno às aulas presenciais. Os sentimentos de ansiedade intensificada pelo medo e a falta de segurança tornaram-se corriqueiros nesse período, podendo resultar em episódios de violência mais frequentes evidenciados principalmente nos ambientes das turmas do ensino médio. As manifestações dessas situações incluem insultos verbais, demonstrações de agressividade física, e até mesmo atos de vandalismo dentro das instituições de ensino. Muitos professores relatam sentir-se impotentes e emocionalmente exauridos após passarem por tais situações - o que acaba afetando sua saúde mental e desempenho no trabalho tanto a curto quanto a longo prazo.

Os estudantes também apresentam comportamentos desafiadores de forma menos evidente, mas igualmente cansativa na escolha das conversas paralelas frequentes em sala de aula que perturbam o planejamento e execução das atividades educativas dos professores conforme aponta o estudo sobre Relações de Convivência na Escola da Fundação Carlos Chagas (2022). Mais de 60% dos docentes entrevistados no estudo destacaram que lidar com essas situações sem apoio adequado contribui para o aumento da pressão no ambiente de trabalho.

A falta de diretrizes claras nas políticas institucionais para lidar com conflitos coloca os professores em uma posição desconfortável e incerta sobre como lidar com essas situações específicas. Isso cria neles uma sensação de desorientação moral em que os próprios estudantes e seus pais passam a ditar as regras da escola e as abordagens para resolver problemas cotidianos dentro do ambiente educacional. Como resultado dessa dinâmica desafiadora,” os profissionais da educação muitas vezes são percebidos como responsáveis pela turbulência,” sendo alvos não só da agressão dos alunos, mas também dos pais e tutores envolvidos no processo educativo. Por outro lado, a violência física contra professores é um problema preocupante que está sendo amplamente discutido atualmente.

Dados coletados de pesquisa realizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no ano de 2022 indicaram que 18% dos professores entrevistados foram vítimas de agressões físicas ou ameaças enquanto estavam na escola. As histórias contam com casos de agressões por parte dos alunos e até mesmo de membros da família. Um caso marcante ocorreu na região metropolitana de São Paulo, em 2022, em que uma professora foi agredida por um aluno após aplicação de uma advertência disciplinar. Ainda dentro dessa perspectiva, um caso emblemático ocorrido em 2025 ilustra a crescente fragilidade das relações entre escola, família e sociedade no Brasil. Segundo reportagem publicada pelo portal Terra, (Terra, 2025) uma professora aposentada de 65 anos, que atuava voluntariamente com aulas de reforço escolar, foi brutalmente agredida por familiares de um aluno de apenas sete anos, no bairro de Resgate, em Salvador (BA). O episódio teve início após a educadora solicitar ao estudante que apresentasse as tarefas de casa, atitude que gerou uma reação hostil por parte do aluno, inicialmente expressa em forma de agressões verbais.

Diante da situação, a professora buscou diálogo com a família e solicitou que os responsáveis intervissem na conduta da criança. Em resposta, o aluno passou a gravar as aulas subsequentes, sob orientação familiar. Insatisfeita com a falta de respaldo e diante da escalada do desrespeito, a professora voltou a procurar a família para tratar da conduta do aluno. Foi então surpreendida com uma agressão física desferida pela mãe, pelo padrasto e pela tia do estudante. O mesmo ocorreu com um professor do Distrito Federal em fevereiro de 2025. Segundo o portal da

secretaria da educação, em resposta ao CNN-Brasil, (CNN 2025) a motivação ocorreu após o profissional pedir que os dois alunos agressores que eles entregassem os celulares em observância a Lei Federal 15.100/2025, que restringe o uso dos aparelhos em salas de aulas no Brasil. Após deixar seu posto de trabalho, o professor foi agredido ainda no ponto de ônibus.

Eventos desagradáveis como esses criam um ambiente de incerteza que pode levar os professores a se afastarem de suas funções. Além disso, os casos de violência nas escolas não se restringem apenas ao ambiente físico das instituições.

O *bullying* tradicional assim como o *cyberbullying* afetam tanto os estudantes quanto os professores. De acordo com informações do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2023), cerca de 22% dos professores admitiram ter sido alvo de insultos ou ataques online, geralmente associados a acontecimentos ocorridos dentro do ambiente escolar. Essas formas de violência, que muitas vezes passam despercebidas, têm um impactante desdobramento no bem-estar e saúde mental dos profissionais, tornando ainda mais desafiante a manutenção de uma relação saudável com a prática do ensino.

Cenários como esses evidenciam as fragilidades do sistema de ensino associados aos excessivos volumes de trabalho, bem como processos burocráticos em excesso contribuem para o desgaste físico e emocional dos professores o que justifica o êxodo profissional, sobretudo na carreira docente.

Esta realidade reflete uma crise sistêmica na área da educação no Brasil - onde as condições de trabalho precárias e as múltiplas responsabilidades atribuídas aos professores tornam cada vez menos atrativa essa profissão tão importante.

De acordo com um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), usando informações coletadas entre os anos de 2021 e 2022, aproximadamente 40% dos professores que atuam na rede pública precisam assumir dois ou mais empregos para conseguirem uma remuneração que lhes permitirá sustentar suas famílias de forma básica. Essencialmente, essa necessidade surge principalmente devido aos baixos salários recebidos pelos profissionais da área da educação, que muitas vezes se encontram aquém do piso nacional estabelecido. No entanto isso gera um ônus considerável - os professores

lidam com cansado físico e emocional e têm uma significativa perda em suas vidas sociais e pessoais; além disso podem desenvolver condições psicológicas como burnout, transtornos ansiedade generalizada e esgotamento emocional.

Em 2025, a rede estadual de Campinas- SP, em observância ao portal da transparência do município, divulgou que a cidade tem 12,8 mil afastamentos de professores por problemas de saúde mental nos últimos 10 anos. Esse dado alarmante é reflexo daqueles profissionais que passaram devidamente por perícias médicas especializadas e tiveram seus pedidos deferidos, ou seja, a pesquisa se quer considera os casos isolados com afastamentos e ou atestados que não geram perícia e ou afastamento médico.

Ainda de acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação, transtornos mentais e comportamentais respondem por 37% dos afastamentos entre 2014 e 2024, totalizando mais de 12,800 casos, sendo um dos maiores da história.

Uma pesquisa conduzida por Raphaela Gonçalves², reforça a urgência de se discutir a saúde mental dos professores no Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com 397 professores, evidenciou que aproximadamente 32,75% dos docentes da educação básica apresentaram sinais claros da Síndrome de Burnout, sendo o estresse crônico atribuído a fatores como baixos salários, ambientes violentos e pressão por resultados. Esses levantamentos são corroborados por uma revisão de escopo conduzida por Brandão et al. (2024), que analisou dissertações e teses acadêmicas nacionais e identificou uma prevalência alarmante da síndrome entre 1,85% e 85,52% dos professores avaliados, com índices elevados de exaustão emocional e baixa realização profissional. Complementarmente, Pereira, Heckteuer e Estácio Neto (2025), ao investigarem professores da rede pública durante a pandemia em Porto Velho (RO), destacaram que a sobrecarga de trabalho, a adaptação ao ensino remoto e a ausência de suporte institucional foram fatores centrais para o

² Raphaela dos Santos Gonçalves é mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde desenvolveu pesquisa sobre a relação entre a Síndrome de Burnout, a satisfação no trabalho e fatores sociodemográficos e organizacionais entre professores da educação básica.

desenvolvimento do Burnout. Os dados demonstram que a precarização da profissão docente não se limita à esfera material ou salarial, mas compromete também a saúde psíquica dos educadores, o que impacta diretamente a permanência desses profissionais no sistema educacional.

Além das várias responsabilidades que os professores têm na escolha de atividades escolares - como se reunir com pais e responsáveis legais, planejar eventos escolares e participar de reuniões administrativas e educacionais - ainda têm uma série de tarefas para executarem fora do horário normal de trabalho , incluindo o planejamento de lições , corrigir testes e trabalhos dos alunos , criar relatórios e preencher papéis burocráticos que muitas vezes precisam ser feitos em casa por falta de tempo durante o dia letivo para cumprir todas essas exigências.

Quando todas essas atividades fora do expediente são consideradas em conjunto representam aproximadamente 40% da carga horária semanal padrão de 30 horas semanais. Normalmente além do trabalho regular exercido durante o expediente diário cerca de 80% dos profissionais dedicam horas adicionais não pagas ao levarem trabalho extra para casa através dos serviços escolares.

Outro dado emblemático que contribui para o desinteresse na carreira de professor está ligado à diminuição das garantias e direitos conquistados ao longo da história devido a políticas públicas que frequentemente tornam as condições de trabalho mais precárias. A proposta do Projeto de Lei 186/2024 no município do Rio de Janeiro representa um exemplo marcante dessa tendência e gerou uma mobilização significativa entre os professores. Entre as propostas de mudança sobressai-se o aumento do tempo de aulas semanais; o fim da licença-prêmio, um privilégio adquirido que concedia aos professores um afastamento remunerado de três meses a cada cinco anos de trabalho, e a opção de dividir as férias em até três partes diferentes, indo contra a prática atual em que os períodos de descansos coincidem com os recessos escolares.

Os motivos apresentados pela administração pública para essas medidas baseiam-se na busca por otimizar o tempo de trabalho dos professores ao eliminar aqueles 10 minutos extras por aula que atualmente são contabilizados como uma hora de trabalho adicional. No entanto, essa proposta não leva em consideração o impacto direto na saúde física e mental dos professores e ainda compromete a qualidade do ensino fornecido.

O acréscimo de mais 24 aulas por mês sem garantias adequadas apenas aumentará a carga de trabalho dos profissionais que já lidam com múltiplas demandas dentro e fora da escola. A remoção de benefícios como licença-prêmio e flexibilização das férias também prejudica o reconhecimento da profissão de professor e desmotiva profissionais qualificados de permanecerem no sistema educacional e desencoraja aqueles que escolhem ser professores como carreira. Essas medidas não só menosprezam a importância do descanso necessário para manutenção da saúde dos trabalhadores como também demonstram falta de compromisso com o campo da educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento social.

Esses novos métodos de trabalho estão sendo introduzidos aos poucos em várias metrópoles do país para os recém-chegados se integrarem mais facilmente ao mercado de trabalho. É frequente notar o aumento de situações de paralisações totais e parciais em cidades e estados. Segundo o estudo e levantamento conduzido por Gindin, Casco e Becher (2023), no Brasil, o período entre 2003 e 2022 é especialmente relevante para analisar o engajamento sindical, não apenas porque durante esses anos tanto o cenário político nacional quanto o desempenho econômico do país passaram por mudanças significativas, mas também devido à intensificação dos conflitos trabalhistas desde 2011. Durante esse período de tempo específico abordado entre os anos de 2003 e 2022 no Brasil foram registradas mais de 2.500 paralisações por parte dos educadores das redes estaduais e municipais do país.

Os dados coletados pelos especialistas envolvidos nesse estudo foram organizados dentro do Sistema de Monitoramento de Paralisações da Departamento Interprofissional de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE). Em seguida em 2024 os achados desse levantamento foram divulgados na publicação científica chamada Eccos. Essas preocupações sobre a carreira e outros aspectos emocionais sobrecarregam os professores e prejudicam a qualidade do ensino enquanto também impactam negativamente a saúde mental dos educadores.

Um estudo conduzido pela Fundação Lemann em parceria com o Instituto Península entre 2019 e 2023 constatou que 72% dos docentes mencionaram experimentar altos níveis de estresse e ansiedade devido à carga de trabalho

acumulada e ao receio de perda súbita de direitos associados à pressão por resultados.

Várias pessoas relataram que não conseguem encontrar tempo adequado para passar com suas famílias ou para se dedicar a hobbies e lazeres; isso contribui para um sentimento maior de insatisfação no trabalho e de solidão. Por último e não menos importante o excessivo cenário burocrático também se revelava como um aspecto importante nessa situação específica. A necessidade premente da realização exata detalhada os relatórios diários planeamentos das atividades complementares elaborações docentes práticas pedagógicas documentadas provas aplicadas e atendimento às famílias entre outras obrigações tornava a labor docente ainda mais árdua. Nesse cenário descrito pelo relatório emitido pela organização Todos pela Educação em 2023 evidencia-se que grande parte desse excesso de burocracia é imposta desigualmente sem oferecer o necessário suporte técnico ou administrativo aos educadores.

Essa situação gera um sentimento de frustração e desânimo entre os professores, pois eles notam que muitas de suas responsabilidades não estão diretamente relacionadas à promoção da aprendizagem dos alunos. A escassez de tempo para preparar aulas de qualidade decorrente da sobrecarga de tarefas administrativas também prejudica o avanço pedagógico e a introdução de novidades nas técnicas de ensino.

Um estudo realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (CEPE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) revelou que 68% dos professores entrevistados enfrentam dificuldades em reservar tempo suficiente para criar atividades originais e se dedicar ao aprimoramento profissional ou à formação contínua; ou ainda explorar novas metodologias de ensino por conta do excessivo volume de trabalho.

Neste contexto atual é necessário introduzir medidas que diminuam a papelada excessiva e incentivem uma mudança na rotina dos professores para garantir condições favoráveis ao exercício da profissão. Investimentos em equipes administrativas auxiliares, aumento do tempo para planejar durante o expediente e reconhecimento salarial são passos fundamentais para reduzir o estresse dos professores e permitir que desempenhem seu papel como educadores com mais eficiência, equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Em face dessas situações complexas e desafiadoras é crucial que as políticas públicas direcionem sua atenção para a capacitação em curso dos educadores. Isso implica fornecer recursos pedagógicos e psicológicos para lidar com conflitos e promover ambientes escolares mais acolhedores e saudáveis.

Além disso é essencial investir na valorização profissional adequada dos professores por meio de atividades que estejam alinhadas com sua função de maneira empática e humana. Investir em medidas de intervenção nas escolas é crucial para evitar e lidar com situações de violência de forma eficiente e também para dar mais voz às preocupações dos profissionais. É importante também realizar estudos práticos para valorizar os professores e ajustar as condições de trabalho e remuneração daqueles envolvidos nesse campo específico.

A EDUCAÇÃO E O TRABALHO SOB A LÓGICA DA EXPLORAÇÃO: DOCENTES E APENADOS NA ESTRUTURA NEOLIBERAL

FERREIRA, Livia e FRANÇA, Robson (2011), em suas reflexões sobre trabalho educação cidadania numa visão da dignidade humana apontam que a lógica neoliberal busca a máxima eficiência com custos mínimos o que resultando na precarização de várias categorias profissionais além de empregar a educação como instrumentos de controle alienação consequentemente vejo como educador que o atuar docente tem se transformado cada vez mais em um cenário de mera subsistência do que propriamente de construção.

O excesso de demandas no trabalho docente e as condições precárias e desvalorizadas não são apenas consequências de um sistema com falhas evidentes; são também sintomas de um modelo que encara o professor como uma peça descartável sem autonomia sobre o seu próprio método de ensino. O que presenciamos atualmente vai além de uma crise na educação – é um plano coordenado para supervisionar e minar o papel do educador. No estudo divulgado em 2011 foi esclarecido que dentro do sistema carcerário ocorre uma exploração do trabalho dos detentos sob o pretexto de reintegração social. No entanto na prática isso se transforma em uma fonte de lucro para as empresas que se

beneficiam da mão de obra barata sem oferecer garantias trabalhistas (França et al., 2009).

No âmbito da educação escolarizada também se verifica uma situação em que os professores têm que desempenhar múltiplas funções dentro do seu trabalho sem serem valorizados financeiramente adequadamente e ainda lidando com um aumento nas exigências burocráticas que acabam por resultar em esgotamento profissional dos docentes e até mesmo na desistência da carreira docente. Assim sendo tanto os educadores como os detentos são inseridos num sistema que controlam o seu tempo produtivo assim como as suas subjetividades o que dificulta qualquer tentativa de resistência ou autonomia por parte destas pessoas.

O capital realiza a mais-valia relativa por um processo de mudanças nos meios de produção e métodos de organização do trabalho pela aplicação da tecnologia que, por sua vez, reduz o valor da mercadoria e da força de trabalho. Há um estímulo individual do capitalista para a redução do tempo de trabalho necessário que é o barateamento da mercadoria em razão da concorrência dos demais capitalistas” (França; Previtali; Silva; Lucena, 2009, p. 221).

À luz dessas considerações e reflexões sobre o assunto em questão, podemos compreender que a precarização do trabalho dos professores, impulsionada pelos princípios do neoliberalismo destacados por Ferreira e França (2011), representa um dos principais motivadores tanto para aqueles que abandonam a profissão quanto para o desinteresse crescente de novos profissionais em seguir a carreira docente.

O paradigma exploratório que prioriza a busca pela máxima produtividade com custos mínimos transforma o atuar como professor em uma tarefa extenuante e sobrecarregada por responsabilidades que vão além do atendimento educacional direto. O baixo salário e o aumento das tarefas administrativas estão levando muitos professores - mesmo aqueles que amam sua profissão - a considerarem deixá-la por conta do impactante efeito negativo na qualidade de vida e na saúde mental deles. Em 2009, durante o qual as atividades dos detentos são transformadas para atender às demandas do mercado sem realmente assegurar dignidade e independência genuínas, os educadores são engolidos por um sistema que os esgota e lhes negam o pleno exercício da sua vocação pedagógica.

A situação precária da profissão é responsável pela falta de interesse e atração que a carreira docente exerce sobre as novas gerações. Com a crescente demandante por múltiplas responsabilidades e uma falta de garantias sólidas em termos de estabilidade e progressão na área profissional; muitos jovens optam por não seguir o caminho do magistério ou desistem dos cursos antes mesmo da conclusão dos mesmos – um reflexo direto do impactante déficit docente presente atualmente e que é particularmente evidente em regiões remotas e em disciplinas menos populares.

Para mudarmos essa situação é essencial separarmos a educação do enfoque estritamente produtivo e restaurarmos seu papel como um direito básico fundamental. Assim como França et al. (2009) indicam que a reintegração social dos presidiários deve ser baseada em condições de trabalho dignas além da ampliação das oportunidades efetivas de mudança, a profissão de professor precisa ser reformulada com base na garantia de salário justo, boas condições de trabalho, bem como autonomia pedagógica. Isso indica a importância de políticas públicas que diminuam a sobrecarga burocrática enfrentada pelos professores, garantam tempo suficiente para planejar e pesquisar e ofereçam oportunidades de carreira mais atrativas.

França e Ferreira destacam que o trabalho pode ser um meio de promover a cidadania e o respeito pelos indivíduos quando é organizado de maneira justa e libertadora. Quando aplicamos esse conceito à educação é crucial que haja um esforço conjunto para que os professores tenham participação ativa na definição das políticas educacionais e possam exercer autonomia em suas práticas de ensino.

Somente assim será possível tornar a carreira docente atrativa e sustentável como profissão escolhida por motivação genuína em vez de se tornar uma jornada marcada por desânimo e abandono.

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DOCÊNCIA NO BRASIL

Diante de um cenário tão complexo como o que vivemos na educação brasileira, não dá mais para apenas elucidar e diagnosticar os problemas é necessário agir. A cada ano que passa, vemos a desmotivação corroer a entrada e

a permanência de profissionais no magistério. Por isso, iniciativas como o programa *Mais Professores para o Brasil*, especialmente a ação *Pé-de-Meia Licenciaturas*, surgem como uma medida de esperança. São tentativas governamentais reais de inverter essa lógica de abandono, incentivando a formação de novos professores, reduzindo a evasão nos cursos de licenciatura e, quem sabe, despertando novamente o interesse de jovens talentos no interesse pela educação básica.

Não há como falar em transformação educacional sem olhar com seriedade para a valorização da carreira docente. Esse é um dos pilares fundamentais para garantir um ensino de qualidade e enfrentar desafios crônicos, como a escassez de professores e o crescente desinteresse pela profissão. E aí entra o *Pé-de-Meia Licenciaturas*, uma proposta do Governo Federal que chama atenção por sua ousadia, ou seja, oferecer um apoio financeiro mensal de R\$ 1.050,00 para estudantes de licenciatura, com uma parte destinada às despesas do dia a dia e outra guardada em uma poupança vinculada ao exercício futuro da sua docência.

Mas é preciso antes destacar que esse detalhe em atrelar o benefício à prática real da profissão é mais que simbólico, é estratégico. Funciona como um compromisso mútuo entre o estudante e o governo, uma aposta de que vale a pena investir em quem se compromete com a educação pública. E, sejamos honestos, esse tipo de incentivo pode ser decisivo para atrair estudantes com bom desempenho acadêmico, ampliando a qualidade dos futuros educadores e, por consequência, do próprio ensino ofertado nas escolas brasileiras.

O Programa *Pé-de-Meia Licenciaturas* não nasce por acaso. Ele dialoga diretamente com dores antigas da categoria, nesse caso o excesso de trabalho, a desvalorização histórica e o pouco incentivo real para quem deseja seguir na carreira docente. Ao propor um modelo de valorização que começa na formação, o *Pé-de-Meia* abre espaço para resinificarmos o que entendemos por carreira docente, não como um sacrifício pessoal, mas como um projeto de vida possível e digno. Além disso, a poupança acumulada durante a graduação oferece uma espécie de “colchão” financeiro no início da carreira, justamente quando o professor está se adaptando às duras realidades da sala de aula enfrentadas no país.

Vale destacar que essa proposta se conecta com o já existente incentivo do Governo Federal voltado aos estudantes do ensino médio. A lógica tem a mesma premissa, incentivar a permanência e o desempenho, especialmente dos

estudantes em situação de vulnerabilidade, reforçando a ideia de que educação deve andar lado a lado com inclusão e oportunidade. Outro ponto delicado que o *Pé-de-Meia Licenciaturas* tenta enfrentar é a evasão nos cursos de licenciatura. Ao olhar o cenário de formação nos cursos de graduação no país, observamos que a realidade mostra que muitos estudantes abandonam seus cursos não por falta de vontade, mas por não conseguirem conciliar os estudos com o trabalho ou por não enxergarem um futuro atrativo na profissão. E aqui as pesquisas são claras. Almeida e Pimenta (2009) apontam que, nos cursos integrais, a carga horária intensa somada à responsabilidade de sustentar a família vira uma equação insustentável. Cunha (2001) por sua vez acrescenta: “não é só questão de tempo ou dinheiro, mas também de preparo emocional — um aspecto frequentemente ignorado nas políticas públicas”.

Nesse contexto, o apoio financeiro é mais que um “extra”. Ele se torna, muitas vezes, o fator determinante para que o aluno consiga concluir a graduação e, enfim, ingressar na área da educação, e mais, essas ações podem contribuir e reduzir o déficit de professores nas regiões mais afastadas ou em disciplinas específicas, onde a ausência de profissionais é ainda mais crítica.

Agora, olhando para o programa “*Mais Professores para o Brasil*”, vemos que ele vai além do *Pé-de-Meia*. Ele propõe um pacote de ações articuladas como a *Bolsa Mais Professores*, o *Portal de Formação* e a *Prova Nacional Docente*, de modo que todas as iniciativas, mostram um esforço sistêmico em fortalecer a formação e valorizar o ofício de ensinar. A ideia do portal de formação, por exemplo, é interessante, pois reuni cursos, materiais e ferramentas em um só lugar, facilitando o acesso dos professores a oportunidades de crescimento profissional. Entretanto há um ponto que merece atenção: A padronização. A *Prova Nacional Docente (PND)*, por exemplo, pretende unificar a seleção de professores, o que pode até soar eficiente na teoria, mas esbarra em algo crucial — o Brasil é diverso, tanto cultural quanto pedagogicamente. Uma única prova dispara o risco de desconsiderar as especificidades locais, essenciais para um ensino mais conectado à realidade de cada comunidade.

Outra ação relevante desse conjunto de medidas é o pagamento de bolsas para quem puder e escolher trabalhar em regiões de difícil acesso. A proposta é pagar ao profissional docente o valor de R\$ 2.100,00 além do salário da rede

pública, com a exigência de cursar uma pós-graduação lato sensu. A intenção é nobre, mas traz embutido um dilema: será que um profissional já sobrecarregado terá tempo e energia para uma pós ao passo que ainda leciona? Será que vale a pena esse esforço por um ganho temporário, frente a tantos outros desafios permanentes, em especial aqueles enfrentados nessas regiões?

Cabe destacar aqui que praticas como essa não são inéditas. O *PEI – Plano Educacional Individualizado*, já tentava algo parecido, ao propor que professores se dedicassem exclusivamente a uma única escola em troca de um bônus financeiro. A lógica é até compreensível, mais foco, mais vínculo com a comunidade escolar, mais qualidade no ensino. Mas, na prática, o programa emerge com outros problemas. A exigência de exclusividade pode representar um corte drástico na renda de quem precisa de múltiplos empregos para sobreviver. E em grandes centros urbanos, onde o custo de vida é elevado, como São Paulo ou Rio de Janeiro, o valor adicional do PEI (R\$ 2.120,00 em 2025) muitas vezes não cobre essa lacuna. Além disso, programas assim pecam pela falta de diálogo com os profissionais da educação. Muitas decisões são tomadas de cima para baixo, sem escutar quem está na linha de frente. E isso cria um efeito rebote, de modo que o que era pra ser um incentivo acaba virando uma armadilha.

O programa Mais Professores pelo Brasil, ainda no quesito formação, prevê o lançamento de uma plataforma com informações centralizadas sobre cursos de formação inicial, aprofundamento contínuo e pós-graduações. Mas, a criação de um sistema informativo não assegura que os professores tenham tempo, recursos e condições adequadas para acessar essas formações em detrimento das suas atribuições. Dessa forma, e mais uma vez, o programa deixa de abordar questões essenciais, como a redução da carga horária para planejamento pedagógico e o reconhecimento da formação continuada nos planos de carreira docente.

A proposta do Governo Federal também inclui ações específicas e pontuais para valorização, como benefícios financeiros em parcerias com bancos, aplicativos de mídias sociais e até mesmo descontos em hotéis. No entanto, tais prerrogativas não representam uma valorização real da profissão, mas sim medidas paliativas e dissipadoras de movimentos e causas reais no cenário educacional.

É fato, sem melhorias salariais, planos de carreira bem estruturados e investimento em infraestrutura, a profissão continua sendo desvalorizada, e a percepção social do magistério como uma carreira atraente permanece prejudicada e muito aquém da realidade de novos interessados.

Embora o Programa Mais Professores para o Brasil, assim como o programa Pé de meia Licenciatura represente um avanço ao tentar enfrentar a falta de profissionais e interessados na educação básica, eles se limitam a medidas paliativas que não agem as raízes do problema. A valorização efetiva de professores e ou educadores exige investimentos em salários, carreiras e condições de trabalho. Sem essas mudanças estruturais, ambos os programas correm o risco de serem mais uma solução passageira, incapaz de transformar de forma significativa a realidade da educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise, procurei sistematizar a partir das minhas experiências, assim como de um ponto de vista analítico, as raízes e ramificações da desvalorização docente no Brasil, com base em dados, estudos e, sobretudo, na vivência concreta de quem atua diariamente dentro das escolas, enquanto professor de arte na rede pública e estadual. O que se revela, no entanto, vai muito além de números e teorias, é possível identificar um esgotamento institucionalizado, um ciclo contínuo de ineficiência e desrespeito que transforma o ofício do profissional de educação em uma tarefa exaustiva, tanto física quanto emocional e muitas vezes solitária sem o devido reconhecimento.

O professor, peça essencial para qualquer projeto de sociedade que se pretenda justa e desenvolvida, tem sido sistematicamente empurrado à margem — tanto pelas políticas públicas que o desconsideram, quanto por uma sociedade que, cada vez mais, parece abrir mão da ideia de que a educação é estopim de mudança.

Atualmente enquanto gestor / diretor de escola e professor atuante, vejo com clareza que os caminhos para a transformação ainda existem, ainda que num horizonte bem distante. Eles passam pela reformulação dos planos de carreira, por políticas de valorização que transcendam os discursos simbólicos, por uma cultura de escuta e participação que inclua o professor na tomada de decisões e,

sobretudo, por um pacto social que enxergue a escola como espaço estratégico de reconstrução do cenário social brasileiro. Porém, e aqui entra minha crítica pessoal mais amarga, não há otimismo possível diante do cenário e contexto atual.

A esperança que ainda nutro está constantemente embasada por um emaranhado burocrático rígido, que muitas vezes sabota iniciativas com potencial transformador e amarra os educadores a um cotidiano técnico e alienante, fazendo com que vivemos nesse “*Looping*”³ onde nada parece mudar e as vivências parecem se repetir ano após ano. Digo mais, vivemos tempos em que a própria sociedade, tomada por um processo silencioso de emburrecimento coletivo, abstenção dos seus direitos e deveres já não enxerga na educação um valor estratégico. Quando a escola deixa de ser prioridade — não apenas para os governos, mas também para as famílias, os mercados e os discursos sociais —, o horizonte se estreita e a barbárie educativa se normaliza. Essa máxima já fora, muito sabiamente, dita por um dos maiores pensadores acerca da educação. Paulo Freire acerca dessa filosofia discorre que “*Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.*”

Vivemos uma era em que a ignorância tem sido instrumentalizada como ferramenta de controle, tornando as pessoas verdadeiras massas de manobra. O desinteresse generalizado pela educação reflete um projeto estrutural, ou seja, quanto menos consciência crítica, mais fácil se torna manter as desigualdades e a concentração de poder para aqueles que controlam um coletivo de pessoas. Dessa forma, nos deparamos com a triste realidade de que isso não se trata apenas de uma estrutura social, mas sim de um plano a longo prazo que tem dado certo quando o fim for as desigualdades sociais e a desvalorização e precarização da carreira docente.

Assim, o professor, que deveria ser farol nessa neblina, é mantido em condições indignas, sobrecarregado por funções que o afastam de sua essência pedagógica e emocionalmente desgastado por um sistema que o vê como engrenagem e não como sujeito, muitas vezes subjugando o seu trabalho. Assim

³ *Looping* é um termo de origem inglesa que, no contexto educacional e institucional, pode ser compreendido como um ciclo repetitivo de problemas ou práticas que se retroalimentam, dificultando a superação de determinadas crises. No caso da educação pública, refere-se à permanência de condições precárias e à reprodução contínua de políticas ineficazes que mantêm o sistema em estado constante de estagnação ou retrocesso.

fica evidente justificar quando tantos desistem da carreira. Não por fraqueza ou falta de vocação, mas porque ensinar tem sido, cada vez mais, uma luta contra a invisibilidade e no contexto atual de periculosidade as suas vidas. E embora políticas como o Pé-de-Meia Licenciaturas e o programa Mais Professores para o Brasil sinalizem tentativas de resposta, elas ainda são tímidas e estão muito aquém diante da conjuntura dessa crise educacional toda. Essas políticas educacionais atuam nas pontas, mas não enfrentam o centro do problema, ou seja, a lógica produtivista que reduz a docência à mera execução de tarefas, e a falta de engajamento político real para reverter esse quadro.

Finalizo, portanto, este trabalho com a certeza e a serenidade de quem conhece as potencialidades do campo educacional, mas com a inquietação de quem também sabe o quanto elas têm sido desperdiçadas. A educação pública, se bem valorizada, ainda é capaz de mover estruturas. Mas para isso, é preciso parar de tratá-la como trincheira de resistência e começar a vê-la como prioridade coletiva. Até lá, seguimos, não por otimismo, mas por compromisso ético com as futuras gerações que ainda acreditam na potência do conhecimento como propulsor das mudanças sociais, assim como também preconiza Paulo Freire ao afirmar que *“A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”*

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de Professores: Profissionalização, Docência e Investigação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDRADE FERREIRA, Livia; DE FRANÇA, Robson Luiz. *O trabalho, a educação e a cidadania no sistema prisional de Uberlândia-MG: um estudo sobre o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4552>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- BRANDÃO, Gildene Alves; SANTOS, Fábio de Oliveira; SILVA, Carla de Almeida. *Burnout em professores brasileiros: uma revisão de escopo em dissertações e teses nacionais*. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 5, n. 1, p. 52–67, 2024. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4621>. Acesso em: 30 mar. 2025.

- CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves; OLIVEIRA, Michelle Engers Taube de. *Intenção de abandono profissional entre professores: o papel dos estressores ocupacionais*. Revista Brasileira de Educação, v. 24, p. e240028, 2019.
- CNN BRASIL. *Síndrome de Burnout atinge um a cada três professores infantis, aponta estudo*. CNN Brasil, 3 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/sindrome-de-burnout-atinge-um-a-cada-tres-professores-infantis-aponta-estudo/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- CUNHA, Maria Isabel da. *O Bom Professor e sua Prática*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- DF: *Professor é agredido por alunos após impedir uso de celular na sala*. CNN Brasil, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/centro-oeste/df/df-professor-e-agredido-por-alunos-apos-impedir-uso-de-celular-na-sala/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ENS, Romilda Teodora et al. *Evasão ou permanência na profissão: políticas educacionais e representações sociais de professores*. Revista Diálogo Educacional, p. 501-523, 2014.
- FRANÇA, Robson Luiz de. *O trabalho como princípio da dignidade da pessoa humana: Estado, educação e cidadania*. Capitalismo, estado e educação. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- GINDIN, Julián; CASCO, Mariano; BECHER, Pablo Ariel. *Greves docentes no Brasil (2003-2022): um subsídio para uma discussão teórico-metodológica*. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 70, p. e27180, 2024. DOI: 10.5585/eccos.n70.27180. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/27180>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- GONÇALVES, Raphaela dos Santos. *A síndrome de burnout em professores: sua relação com a satisfação no trabalho, fatores sociodemográficos e organizacionais*. 2023. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67200>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- INDIGO, Instituto. *Desigualdade no Acesso à Educação: quais os principais desafios que contribuem para essas barreiras educacionais?* Instituto Indigo, 2023. Disponível em: <https://indigo.org.br/desigualdade-no-acesso-a-educacao-quais-os-principais-desafios-que-contribuem-para-essas-barreiras-educacionais/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

- INEP. *Censo Escolar da Educação Básica: notas estatísticas 2023*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 dez. 2024.
- KRUPPA, Sonia Maria Portella. *Analfabetismo no Brasil é maior na população que vive no Nordeste e reflete desigualdades estruturais*. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/analfabetismo-no-brasil-e-maior-na-populacao-que-vive-no-nordeste-e-reflete-desigualdades-estruturais/>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- KUSSUDA, Sérgio Rykio. *Um estudo sobre a evasão em um curso de Licenciatura em Física: discursos de ex-alunos e professores*. 2017.
- LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. *Evasão docente e abandono da profissão: um estudo com professores do magistério público do Estado de São Paulo*. 2001.
- LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. *Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério*. Cadernos de Pesquisa, p. 65-88, 2003.
- LUCENA, Carlos et al. *O neoliberalismo de F. A. Hayek: uma análise crítica*. Cadernos da FUCAMP, v. 19, n. 42, 2020.
- MARQUES, Elias P.; PELICIONI, Maria CF; PEREIRA, Isabel MTB. ***Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?*** Journal of Human Growth and Development, v. 17, n. 3, p. 8-20, 2007.
- PAGANI, Gabriela; FERNANDES, Maria José da Silva; BARBOSA, Andreza. *Quando os professores desistem: um estudo sobre a exoneração na rede pública estadual de ensino de São Paulo*. Pro-Posições, v. 34, p. e20210055, 2023.
- PEREIRA, Verônica Marçal; HECKTEUER, Glaucia Moraes; ESTÁCIO NETO, Moisés Francisco. *Síndrome de Burnout em professores de escolas públicas da cidade de Porto Velho – RO no período da pandemia de Covid-19*. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 17, p. 1–15, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/15059>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- REZENDE PINTO, José Marcelino. *O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras?* Jornal de Políticas Educacionais, v. 8, n. 15, 2014.

- SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. *Profissão docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes*. Altus Ciência, v. 17, n. 17, p. 423-438, 2023.
- SANTOS, Dilce Melo; FRANÇA, Robson Luiz de. *A práxis pedagógica e o discurso da inovação na educação*. Inovação pedagógica na educação brasileira: desafios e modernização na práxis educativa. Jundiaí: Paco Editorial, p. 217-250, 2011.
- SARAIVA, Ana Maria Alves. *As políticas de retenção profissional de docentes na Região Nordeste: implementação, rotatividade e regularidade*. Educar em Revista, v. 39, p. e85942, 2023.
- SAVIANI, Dermeval. *Política educacional brasileira: limites e perspectivas*. Revista de Educação PUC-Campinas, n. 24, p. 07-16, 2008.
- TERRA. *Professora idosa é espancada por família de aluno de sete anos*. 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/professora-idosa-e-espancada-por-familia-de-aluno-de-sete-anos,d97497b48bba865d4403b06f5ee6a240z8a7nn7o.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.